

MAPFRE Saúde Ltda.
CNPJ 15.300.953/0001-42



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais.

A MAPFRE Saúde Ltda. encerrou o exercício de 2017 com R\$ 69,5 milhões (R\$ 54,9 milhões em 2016) de receitas com operações de Assistência à saúde.

A Administração da MAPFRE Saúde Ltda., acompanha os negócios e resultados gerados anualmente pela Operadora e planeja novas ações

empresariais com vistas à redução do prejuízo acumulado e início da lucratividade da operadora. Dentre as ações, destacamos: redução de custos administrativos, novos canais de distribuição, novos modelos de negócio, bem como a busca por novos parceiros estratégicos.

Em 16 de junho de 2017 e em 29 de setembro de 2017, os acionistas aumentaram o capital em R\$ 12 milhões e R\$ 15 milhões respectivamente e, consequentemente, reafirmam o compromisso no atendimento da regulação e no equilíbrio dos negócios.

De acordo com esse contexto, as demonstrações financeiras da Operadora foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional e não

incluem quaisquer ajustes associados com incertezas inerentes a essa fase de suas operações.

A Operadora declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento".

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 27 de março de 2018

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2017		2016		Passivo	Notas	2017		2016	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016		
Circulante		24.163	20.551			Circulante		9.343	10.061		
Disponível		60	1.165			Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	4.815	6.895		
Realizável		24.103	19.386			Provisão de eventos a liquidar		4.511	6.559		
Aplicações financeiras	5	16.585	9.859			Provisão para eventos ocorridos e não avisados		304	336		
Garantidoras de provisões técnicas		3.494	1.680			Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		-	7		
Livres		13.091	8.179			Débitos a prestadores de serviços de assistência à saúde		-	7		
Créditos de operações com plano de assistência à saúde	6	6.242	7.529			Tributos e encargos sociais a recolher	13	313	276		
Contraprestação pecuniária a receber		6.242	7.529			Débitos diversos	14	4.215	2.883		
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		42	133			Patrimônio líquido	15	22.921	17.813		
Contas a receber de prestação de serviços médico-hospitalar		42	133			Capital social		64.500	37.500		
Créditos tributários e previdenciários	7	15	15			Prejuízos acumulados		(41.579)	(19.687)		
Bens e títulos a receber	8	1.219	1.845			Total do passivo		32.264	27.874		
Despesas antecipadas		-	5								
Ativo não circulante		8.101	7.323								
Realizável a longo prazo		7.495	6.454								
Aplicações financeiras	5	1.114	2.573								
Garantidoras de provisões técnicas		241	1.771								
Livres		873	802								
Créditos tributários e previdenciários	7	6.381	3.769								
Ativo fiscal diferido	9	-	112								
Imobilizado	10	21	81								
Imobilizado de uso próprio		21	81								
Intangível	11	585	788								
Total do ativo		32.264	27.874								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	22.500	(12.103)	10.397
Aumento de capital em 29.07.2016 - 9ª alteração do Contrato Social	15.000	-	15.000
Resultado líquido do exercício	-	(7.584)	(7.584)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	37.500	(19.687)	17.813
Aumento de capital em 16.06.2017 - 11ª alteração do Contrato Social	12.000	-	12.000
Aumento de capital em 29.09.2017 - 12ª alteração do Contrato Social	15.000	-	15.000
Resultado líquido do exercício	-	(21.892)	(21.892)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	64.500	(41.579)	22.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

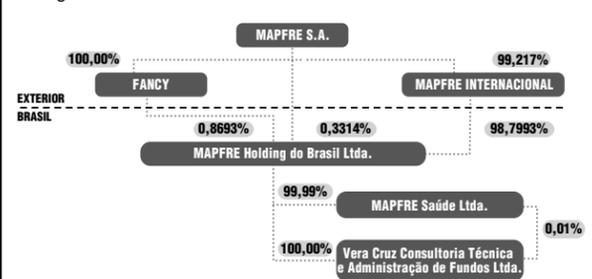
A MAPFRE Saúde Ltda. (doravante denominada por "Operadora"), sociedade limitada, com sede na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 6º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 15.300.953/0001-42, iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2012 e tem como objetivo a administração de planos de saúde. A Operadora enquadra-se como operadora de médio porte, conforme estabelecido no artigo 6.3.5.1 do anexo 1 da RN 322/2013 e possui 30.896 beneficiários em 31 de dezembro de 2017.

A Operadora iniciou a comercialização de planos de saúde no final do exercício de 2015 e substancialmente durante o exercício de 2016 e, desde então, vem operando na modalidade preço pós-estabelecido e na modalidade de preço preestabelecido para a carteira odontológica.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, por meio do Ofício 003/2016/GGREP/DIPRO/ANS, datado de 21 de janeiro de 2016, aprovou a aquisição pela MAPFRE Saúde Ltda. da totalidade da carteira odontológica, pelo custo de R\$ 800 mil, da SORRISO Operadora Odontológica Ltda. Com esta aprovação a Operadora assumiu, na data de aquisição, 32.516 beneficiários de plano de assistência odontológica, na modalidade preço preestabelecido.

As operações da Operadora vêm sendo conduzidas de forma integrada com as Companhias que integram o sistema MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, com sede em Madrid, Espanha e também com a prestação de serviços de assistência à saúde a entidades que pertencem a parceria que deram origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE (BB E MAPFRE).

Em 31 de dezembro de 2017, a estrutura em que a Operadora está inserida é a seguinte:



2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 390, de 3 de dezembro de 2015.

A demonstração dos fluxos de caixa está sendo apresentada pelo método direto, conforme faculdade concedida pela RN 390/15 da ANS.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 28 de março de 2018.

b) Base para mensuração e moeda funcional

A preparação das demonstrações financeiras individuais pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e estão apresentadas em milhares de reais de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado.

A moeda funcional da Operadora é o Real. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, referendado pela ANS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre os julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

• Notas 3.b e 5 - Aplicações Financeiras;
• Notas 3.h, 9 e 16.g - Ativos diferidos/Imposto de renda e contribuição social;

• Notas 3.g e 12 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde.

d) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Operadora

Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. Dentre aquelas que podem ser relevantes, encontra-se o CPC 48 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. O CPC 48 é efetivo para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018.

O CPC 47 - Receita de contratos com clientes substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

A IFRS 17 - Contratos de seguros, substituirá a IFRS 4 referente a realização da contabilização de contratos de seguro usando normas contábeis nacionais. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2021.

As alterações de normas e interpretações serão aplicáveis quando referendado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações serão avaliados e concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Operadora para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "Disponível".

b) Aplicações financeiras e instrumentos financeiros

A Operadora classifica suas aplicações financeiras nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento, e (iii) Ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) Empréstimos e recebíveis e, a classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

(i) **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Operadora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) **Ativos mantidos até o vencimento**
São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado.

(iii) **Ativos disponíveis para venda**
Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde		69.477	54.948
Receitas com operações de assistência à saúde	16a	69.477	54.948
Eventos indenizáveis líquidos		(62.563)	(45.123)
Eventos conhecidos ou avisados	16b	(62.594)	(44.787)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		31	(336)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		6.914	9.825
Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	16c	(1.782)	(1.471)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde	16d	(9.846)	(1.097)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(4.671)	(1.097)
Provisão para perdas sobre créditos		(5.175)	-
Outras receitas operacionais		96	185
Resultado bruto		(4.618)	7.442
Despesas de comercialização		(212)	(637)
Despesas administrativas	16e	(17.689)	(15.840)
Resultado financeiro líquido	16f	730	1.148
Receitas financeiras		1.114	1.224
Despesas financeiras		(384)	(76)
Resultado patrimonial líquido		9	262
Receitas patrimoniais		10	262
Despesas patrimoniais		(1)	-
Resultado antes dos impostos e participações		(21.780)	(7.624)
Imposto de renda	16g	(82)	30
Contribuição social	16g	(30)	11
Resultado líquido		(21.892)	(7.584)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Resultado líquido do exercício	(21.892)	(7.584)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(21.892)	(7.584)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de planos de saúde	62.194	46.513
(+) Resgate de aplicações financeiras	53.239	43.879
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(64.542)	(39.750)
(-) Pagamento de comissões	(202)	(607)
(-) Pagamento de pessoal	(2.734)	(2.839)
(-) Pagamento de serviços de terceiros	(13.928)	(11.682)
(-) Pagamento de tributos	(3.631)	(2.450)
(-) Aplicações financeiras	(57.629)	(45.382)
(-) Outros pagamentos operacionais	(835)	(1.304)
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	(28.068)	(13.622)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Recebimento de venda de ativo imobilizado - outros	77	-
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	(31)	-
(-) Pagamento relativo ao ativo intangível	(83)	(218)
Caixa líquido consumido das atividades de investimentos	(37)	(218)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização de capital em dinheiro	27.000	15.000
Caixa líquido das atividades de financiamento	27.000	15.000
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(1.105)	1.160
CAIXA - Saldo inicial	1.165	5
CAIXA - Saldo final	60	1.165
Ativos livres no início do período	10.146	9.755
Ativos livres no final do período	14.023	10.146
Aumento/(diminuição) nas aplicações financeiras - recursos livres	3.877	391

Reconciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais:

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	(21.892)	(7.584)
Depreciações e amortizações	298	298
Resultado líquido do exercício ajustado	(21.594)	(7.286)
Aumento/(redução) dos ativos e passivos:		
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	1.287	(5.330)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	91	(133)
Aplicações financeiras	(5.266)	(2.459)
Créditos tributários e previdenciários	(2.612)	(2.976)
Ativo fiscal diferido	112	(40)
Bens e títulos a receber	626	(1.680)
Despesas antecipadas	5	(3)
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(2.080)	5.476
Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(7)	7
Fiscais e previdenciárias	37	47
Débitos diversos	1.333	755

Caixa líquido/(consumido) pelas atividades operacionais (28.068) (13.622)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

(iv) **Empréstimos e recebíveis**
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Operadora compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos de operações com planos de assistência à saúde", "Contas a receber de prestação de serviços médico-hospitalar" e

continua →



→☆ continuação

MAPFRE Saúde Ltda. - CNPJ nº 15.300.953/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

"Bens e títulos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

c) Redução ao valor recuperável**(i) Ativos financeiros**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) que perderam o valor, podem incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos internos e externos que possam indicar deterioração e/ou perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Ativos sujeitos à depreciação e amortização são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente.

É reconhecida uma perda por imparidade no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

d) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Saúde
Os créditos de operações com planos de assistência à saúde correspondem às contraprestações pecuniárias a receber pelas vendas de planos de saúde coletivos, na modalidade pós-pagamento, pelos valores contratuais a receber, referentes ao ressarcimento dos eventos, acrescidos das taxas de administração.

Odontológica

São receitas provenientes das operações de planos privados de assistência odontológica na modalidade de pré-pagamento, obrigatoriamente apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário *pro-rata die* do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Operadora, sendo demonstrado pelo custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 10.

f) Intangível

Compreende projetos relacionados ao desenvolvimento do *website* da Operadora e de sistemas de saúde. A amortização é reconhecida de forma linear no resultado pelo prazo de 5 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

g) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A provisão para eventos a liquidar foi constituída com base nos eventos ocorridos e avisados até a data do encerramento do exercício, conforme determinações contidas na Resolução Normativa - RN nº 393/2015.

Os custos dos serviços prestados são registrados com base nas notificações dos prestadores de serviços da rede credenciada quando da análise da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, em contrapartida às contas de resultado de "eventos indenizáveis líquidos".

As operadoras devem constituir, mensalmente, de acordo com as determinações da ANS, RN nº 393/2015, a "provisão para eventos ocorridos, mas não avisados (PEONA)". A Resolução também faculta às operadoras a utilização de percentuais pré-definidos para calcular a PEONA, valendo também para as operadoras do segmento odontológico ou odontológico de grupo de pequeno porte e para todas as operadoras nos primeiros 12 meses de operação.

A Operadora, visando o melhor gerenciamento das operações, está em processo de avaliação da metodologia atuarial mais adequada para estimar a PEONA, que fará frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente, entretanto, por meio de cálculos internos, não identificou diferença significativa em relação à metodologia definida pela ANS.

h) Provisão para imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual, excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros.

O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Operadora de forma geral está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Operadora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

A Operadora conta com um sistema de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo estruturado pela Área de Riscos e Controles Internos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos.

A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade (*Compliance*), são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Operadora. O objetivo é que oportunidades de melhorias sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores.

Como forma de fortalecimento da Governança Corporativa, a Operadora conta com os seguintes comitês:

Comitê executivo: cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Operadora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos, tais como, a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos.

Comitê de auditoria: órgão de assessoramento que tem entre outras atribuições, revisar as demonstrações financeiras individuais, à luz das práticas contábeis vigentes, avaliar a qualidade do sistema de controle interno, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e recomendar o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

Comitê de estratégia financeira: constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas a finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Diretoria, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.

Comitê de riscos e controles internos: constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de Governança Corporativa do Grupo MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas.

Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Operadora está exposta,

Títulos	2017				2016			
	AAA	AA-	Sem Rating	Total	AAA	AA-	Sem Rating	Total
I. Valor justo por meio do resultado	330	15.500	755	16.585	78	7.571	742	8.391
Fundos de investimentos								
Certificados de depósitos bancários	73	-	-	73	-	-	-	-
Debêntures	140	221	-	361	-	-	96	96
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	13.114	-	13.114	-	5.909	-	5.909
Operações compromissadas (*)	-	1.903	-	1.903	-	1.583	-	1.583
Títulos da dívida agrária - TDA	-	7	-	7	-	-	-	-
Letras financeiras - LF	117	255	-	372	78	79	-	157
Fundos de investimentos - abertos/outros	-	-	757	757	-	-	648	648
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	-	-	(2)	(2)	-	-	(2)	(2)
II. Títulos mantidos até o vencimento	-	1.114	-	1.114	-	4.041	-	4.041
Fundos de investimentos								
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	-	-	-	365	-	365
Notas do tesouro nacional - NTN-B	-	689	-	689	-	1.383	-	1.383
Notas do tesouro nacional - NTN-F	-	425	-	425	-	2.293	-	2.293
Total geral	330	16.614	755	17.699	78	11.612	742	12.432

(*) com lastro em títulos públicos

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Operadora saldar seus compromissos, quanto às dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos.

Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos. As aplicações financeiras da Operadora possuem liquidez imediata. A seguir o casamento de ativos e passivos da Operadora:

	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total
2017			
Caixa e equivalentes de caixa	60	-	60
Valor justo por meio do resultado	12.007	4.578	16.585
Mantidos até o vencimento	-	1.114	1.114
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6.242	-	6.242
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	42	-	42
Créditos tributários e previdenciários	15	6.381	6.396
Bens e títulos a receber	1.219	-	1.219
Total dos ativos financeiros	19.585	12.073	31.658
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	4.815	-	4.815
Tributos e contribuições a recolher	313	-	313
Débitos diversos	4.215	-	4.215
Total dos passivos financeiros	9.343	-	9.343
A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total	
2016			
Caixa e equivalentes de caixa	1.165	-	1.165
Valor justo por meio do resultado	2.231	6.161	8.392
Mantidos até o vencimento	1.467	2.573	4.040
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	7.529	-	7.529
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	133	-	133
Créditos tributários e previdenciários	15	3.769	3.784
Despesas diferidas	5	-	5
Bens e títulos a receber	1.845	-	1.845
Total dos ativos financeiros	14.390	12.503	26.893
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	6.895	-	6.895
Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	7	-	7
Tributos e contribuições a recolher	276	-	276
Débitos diversos	2.883	-	2.883
Total dos passivos financeiros	10.061	-	10.061

a auditoria interna possui um importante papel, onde a sua independência de atuação colabora para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Operadora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, agregando valor ao sistema de controle interno.

O escopo da auditoria interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

a) Risco de subscrição

Risco de subscrição está relacionado à possibilidade de ocorrência de um evento que acarrete ou possa acarretar em uma situação econômica contrária quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões técnicas, bem como a probabilidade dos eventos a serem pagos pela Operadora de Planos de Saúde, em um período futuro, ser maior que o montante de contraprestações a ser recebido.

A Administração entende que, nos planos de assistência médico-hospitalar, este risco é minimizado uma vez que a modalidade de operação é de planos pós-pagamento.

Eventual aumento ou diminuição nos eventos relativos aos planos pós-estabelecidos são refletidos também nas contraprestações, de forma a compensar tal oscilação. Para os planos de assistência odontológica, em que a modalidade de operação é de planos pré-pagamento, os controles estão em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, bem como às diretrizes da Matriz na Espanha. Além disso, possui um Comitê de riscos e controles internos que avalia e acompanha os riscos de todas as linhas de negócio da Operadora com reuniões mensais.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros com consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Operadora.

Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do mesmo Grupo Econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política e submete aos Comitês competentes, periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados.

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's* e *Moody's*. A Operadora utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Operadora em condições normais e em condições de *stress* de mercado. Os testes realizados levam em consideração cenários históricos e cenários futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e tomada de decisão e também para identificação de descasamentos entre ativos e passivos financeiros da Operadora.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em Títulos de Renda Fixa Público e operações compromissadas com lastro em Título Público Federal como demonstrado no quadro abaixo:

Títulos	2017				2016			
	AAA	AA-	Sem Rating	Total	AAA	AA-	Sem Rating	Total
I. Valor justo por meio do resultado	330	15.500	755	16.585	78	7.571	742	8.391
Fundos de investimentos								
Certificados de depósitos bancários	73	-	-	73	-	-	-	-
Debêntures	140	221	-	361	-	-	96	96
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	13.114	-	13.114	-	5.909	-	5.909
Operações compromissadas (*)	-	1.903	-	1.903	-	1.583	-	1.583
Títulos da dívida agrária - TDA	-	7	-	7	-	-	-	-
Letras financeiras - LF	117	255	-	372	78	79	-	157
Fundos de investimentos - abertos/outros	-	-	757	757	-	-	648	648
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	-	-	(2)	(2)	-	-	(2)	(2)
II. Títulos mantidos até o vencimento	-	1.114	-	1,114	-	4,041	-	4,041
Fundos de investimentos								
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	-	-	-	365	-	365
Notas do tesouro nacional - NTN-B	-	689	-	689	-	1.383	-	1.383
Notas do tesouro nacional - NTN-F	-	425	-	425	-	2.293	-	2.293
Total geral	330	16.614	755	17.699	78	11.612	742	12.432

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços dos ativos financeiros decorrentes de oscilações de mercado, tais como taxas de juros, câmbio e preços de ações, que podem impactar no resultado da Operadora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é demonstrar, gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados em que a Operadora está exposta, obedecendo a parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, colaborando com a otimização do retorno dos investimentos realizados.

Este risco é mensurado pela área de Riscos e Controles Internos, com base em cenários de *stress*, histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*. Diariamente a área de Riscos e Controles Internos acompanha os resultados decorrentes do cálculo do *VaR* e verifica a aderência aos limites estabelecidos, os resultados são apresentados mensalmente nas reuniões do Comitê de Estratégia Financeira, visando identificar eventuais necessidades de realocação de ativos. Porém na ocorrência de extrapolação dos limites definidos, imediatamente os membros dos Comitês competentes são informados para deliberação da manutenção ou encerramento das exposições em risco.

Sensibilidade à taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Operadora.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação), teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

Impacto no patrimônio líquido/resultados

	2017	2016
Elevação da taxa de juros	169	124
Redução da taxa de juros	(169)	(124)

Parâmetros:

(a) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(b) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

e) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Gerenciamento do risco operacional

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio.

Dentro desse cenário, a Operadora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. Devido o início recente das comercializações de planos, os processos e controles encontram-se em processo de estruturação.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional onde a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias

continua →☆

☆ continuação

MAPFRE Saúde Ltda. - CNPJ nº 15.300.953/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pela Diretoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados à Diretoria.

f) Gerenciamento de capital

O processo de gerenciamento de Capital é realizado de forma corporativa, visando proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos do Grupo MAPFRE, levando em consideração o ambiente econômico e comercial onde atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade e especificidade de cada produto e serviços no mercado de atuação do Grupo, associado à dimensão da exposição a riscos.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma contínua e visa assegurar que a Operadora mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, em atendimento aos requerimentos regulatórios e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

A Operadora acompanha de maneira permanente os limites requeridos (margem de solvência, patrimônio líquido ajustado) pelo respectivo órgão regulador. A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência na data-base:

	2017	2016
Patrimônio líquido contábil	22.921	17.813
(-) Despesas antecipadas	-	(5)
(-) Ativos intangíveis	(585)	(788)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	22.336	17.020
Margem de solvência		
(A) 0,20 vezes 50% das contraprestações - Últimos 12 meses	6.948	5.495
(B) 0,33 vezes 50% da média de eventos indenizáveis - Últimos 36 meses	18.945	8.623
Maior entre (A) e (B)	18.945	8.623
Suficiência	3.391	8.397

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico.

I. Recursos livres

Títulos	Vencimento			Ativos				Total				
	2017			2017				2017				
	(A)	(B)	(C)	(E=A+B+C)	(F)	(G)	(G-F)	(E)	(H)			
I. Valor justo por meio do resultado	10.098	2.906	87	13.091	13.091	13.091	-	13.091	100%	7.737	100%	
Fundos de investimentos												
Certificados de depósitos bancários	2	73	-	73	73	73	-	73	0%	-	0%	
Debêntures	2	-	274	87	361	361	361	361	3%	96	1%	
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	7.654	2.447	-	10.101	10.101	-	10.101	77%	5.254	69%	
Operações compromissadas (*)	1	1.429	-	-	1.429	1.429	-	1.429	11%	1.583	20%	
Letras financeiras - LF	2	187	185	-	372	372	372	372	3%	157	2%	
Fundos de investimentos - abertos/outros	2	757	-	-	757	757	757	757	6%	648	8%	
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	1	(2)	-	-	(2)	(2)	(2)	(2)	0%	(1)	0%	
II. Títulos mantidos até o vencimento	-	15	858	873	873	912	39	873	100%	1.244	100%	
Fundos de investimentos												
Letras do tesouro nacional - LTN	1	-	-	-	-	-	-	-	0%	365	29%	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	-	576	576	576	600	24	576	66%	525	42%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	15	282	297	297	312	15	297	34%	354	29%
Total geral	10.098	2.921	945	13.964	13.964	14.003	39	13.964	100%	8.981	100%	

II. Garantidoras

Títulos	Vencimento			Ativos				Total				
	2017			2017				2017				
	(A)	(B)	(C)	(E=A+B+C)	(F)	(G)	(G-F)	(E)	(H)			
I. Valor justo por meio do resultado	1.909	1.585	-	3.494	3.494	3.494	-	3.494	100%	654	100%	
Fundos de investimentos												
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	1.429	1.584	-	3.013	3.013	3.013	-	3.013	86%	655	100%
Operações compromissadas (*)	1	474	-	-	474	474	474	-	474	14%	-	0%
Títulos da dívida agrária - TDA	2	6	1	-	7	7	7	-	7	0%	-	0%
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	1	-	-	-	-	-	-	-	0%	(1)	0%	
II. Títulos mantidos até o vencimento	-	119	122	241	241	285	44	241	100%	2.797	100%	
Fundos de investimentos												
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	-	113	113	145	32	113	47%	857	31%	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	119	9	128	128	140	12	128	53%	1.940	69%
Total geral	1.909	1.704	122	3.735	3.735	3.779	44	3.735	100%	3.451	100%	

III. Total

Títulos	Vencimento			Ativos				Total				
	2017			2017				2017				
	(A)	(B)	(C)	(E=A+B+C)	(F)	(G)	(G-F)	(E)	(H)			
I. Valor justo por meio do resultado	12.007	4.491	87	16.585	16.585	16.585	-	16.585	100%	8.391	100%	
Fundos de investimentos												
Certificados de depósitos bancários	2	73	-	73	73	73	-	73	0%	-	0%	
Debêntures	2	-	274	87	361	361	361	361	2%	96	1%	
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	9.083	4.031	-	13.114	13.114	-	13.114	80%	5.909	70%	
Operações compromissadas (*)	1	1.903	-	-	1.903	1.903	-	1.903	11%	1.583	19%	
Títulos da dívida agrária - TDA	2	6	1	-	7	7	7	-	7	0%	-	0%
Letras financeiras - LF	2	187	185	-	372	372	372	-	372	2%	157	2%
Fundos de investimentos - abertos/outros	2	757	-	-	757	757	757	-	757	5%	648	8%
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	1	(2)	-	-	(2)	(2)	(2)	-	(2)	0%	(2)	0%
II. Títulos mantidos até o vencimento	-	134	980	1.114	1.114	1.197	83	1.114	100%	4.041	100%	
Fundos de investimentos												
Letras do tesouro nacional - LTN	1	-	-	-	-	-	-	-	0%	365	9%	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	-	689	689	689	745	56	689	62%	1.383	34%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	134	291	425	425	452	27	425	38%	2.293	57%
Total geral	12.007	4.625	1.067	17.699	17.699	17.782	83	17.699	100%	12.432	100%	

(*) com lastro em títulos públicos

b) Movimentação das aplicações financeiras

Saldo no início do exercício

	2017	2016
Aplicações	12.432	9.973
Resgates	57.629	45.382
Rendimento	(53.239)	(43.879)
IR sobre resgates	1.103	1.222
IOF sobre resgates	(219)	(253)
Saldo no final do exercício	17.699	12.432

c) Determinação do valor justo

Para fins de gestão, as aplicações financeiras da Operadora são realizadas e registradas por meio de fundos de investimentos exclusivos, cujas cotas são valorizadas diariamente, e disponibilizadas pelas Administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos, que compõem a carteira desses fundos de investimentos, tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO (BM&FBOVESPA), na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

a) Movimentação

	2016	Variação		Tributos	Provisão
		de faturas emitidas	Recebi-mentos a emitir		
Assistência médico-hospitalar					
Saúde coletivo	7.290	66.220	(612)	(58.724)	(3.395)
Assistência odontológica					
Individual	14	13	-	(26)	-
Coletivo	225	3.856	-	(3.444)	(32)
Total	7.529	70.089	(612)	(62.194)	(3.395)

	2015	Variação		Tributos	Provisão
		de faturas emitidas	Recebi-mentos a emitir		
Assistência médico-hospitalar					
Saúde coletivo	2.199	47.220	3.772	(42.796)	(3.105)
Assistência odontológica					
Individual	-	38	-	(24)	-
Coletivo	-	3.918	-	(3.693)	-
Total	2.199	51.176	3.772	(46.513)	(3.105)

b) Idade dos saldos

	2017	2016
A vencer	5.017	5.559
Vencidos de 01 a 30 dias	941	1.929
Vencidos de 31 a 60 dias	291	24
Vencidos de 61 a 90 dias	195	2
Vencidos a mais de 90 dias	4.941	15
Subtotal	11.385	7.529
Provisão para perda sobre crédito	(5.143)	-
Total	6.242	7.529

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2017	2016
PIS e COFINS a compensar sobre faturamento	2.852	1.601
Imposto de renda a compensar sobre faturamento	2.498	1.594
Contribuição social a compensar sobre faturamento	1.031	574
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	15	15
Total	6.396	3.784

8. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2017	2016
Outros títulos a receber	875	1.122
Contas a receber - Compartilhamento despesas administrativas (Nota 17c)	126	312
Adiantamentos a funcionários	86	70
Adiantamentos PLR	65	277
Outros créditos a receber	60	60
Adiantamentos diversos	7	4
Total	1.219	1.845

9. ATIVO FISCAL DIFERIDO

a) Composição

	2017	2016
Diferenças temporárias	-	112
Total	-	112

b) Movimentação

	2017	2016
Saldo no início do exercício	112	72
Constituição	7.297	2.550
Reversão	(7.297)	(2.551)
Diferenças temporárias	(112)	41
Saldo final do exercício	-	112

10. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação	2016		Depreciação	Baixas	2017
		Aquisição	2016			
Móveis e utensílios	10%	-	2	-	-	2
Equipamentos de processamento	10%	4	19	(4)	-	19
Veículos	20%	77	-	(9)	(68)	-
Total		81	21	(13)	(68)	21

	Taxa anual de depreciação	2015		Depreciação	Baixas	2016
		Aquisição	2015			
Equipamentos de processamento	10%	5	-	(1)	-	4
Veículos	20%	105	-	(28)	-	77
Total		110	-	(29)	-	81

11. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização	2016		Amortização	2017
		Aquisição	2016		
Sistema de computação	20%	697	68	(259)	506
Desenvolvimento de website	20%	91	15	(27)	79
Total		788	83	(286)	585

	Taxa anual de amortização	2015		Amortização	2016
		Aquisição	2015		

☆ continuação

MAPFRE Saúde Ltda. - CNPJ nº 15.300.953/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

13. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2017	2016
Tributos e contribuições		
ISS	87	128
Contribuições previdenciárias	59	-
FGTS a recolher	22	-
Subtotal	168	128
Retenções de impostos		
IRRF	72	87
Contribuições previdenciárias retidas	32	8
COFINS retido	20	24
ISS retido	10	16
CSLL retida	7	8
PIS retido	4	5
Subtotal	145	148
Total	313	276

14. DÉBITOS DIVERSOS

	2017	2016
Fornecedores	1.675	230
Outros débitos a pagar	1.549	1.407
Obrigações com pessoal	707	1.163
Contas a pagar - compartilhamento de despesas administrativas (Nota 17c)	273	65
Depósitos de terceiros	11	18
Total	4.215	2.883

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 64.500, representado por 64.500.000 quotas.

Em 16 de junho de 2017 e 29 de setembro de 2017 houve aumentos de capital nos montantes de R\$ 12.000 R\$ 15.000 respectivamente, passando de R\$ 37.500 para R\$ 64.500, distribuído em 64.500.000 quotas no valor nominal de R\$ 1 cada, conforme 12ª Alteração do Contrato Social.

b) Reservas estatutárias

Conforme previsto no Contrato Social a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, é transferida para a conta de reservas estatutárias.

c) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

d) Dividendos

Conforme Contrato Social, os sócios poderão distribuir lucros mensalmente, em proporções diferentes às respectivas participações no capital social, sem prejuízos apurados das mesmas, obedecidas as disposições legais pertinentes, sendo que o lucro residual ou o prejuízo no encerramento de cada exercício social, será distribuído ou suportado na proporção estabelecida pelos sócios.

16. RESULTADO

a) Receitas com operações de Assistência à Saúde

	2017	2016
Planos coletivos pós-estabelecidos	65.608	50.992
Planos odontológicos	3.869	3.956
Total	69.477	54.948

b) Eventos conhecidos ou avisados

	2017	2016
Internações	(33.609)	(21.506)
Outros	(13.115)	(12.396)
Exames	(9.863)	(6.650)
Consultas	(3.690)	(2.335)
Odontológicos	(1.258)	(1.281)
Terapias	(1.059)	(619)
Total	(62.594)	(44.787)

c) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde

	2017	2016
PIS	(58)	(67)
COFINS	(358)	(415)
ISS	(1.366)	(989)
Total	(1.782)	(1.471)

d) Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde

	2017	2016
Despesas com confecção de carteiras	(23)	(42)
Despesas com aquisição de carteira odontológica	-	(800)
Despesas com serviços prestados	(123)	(153)
Despesas com programa de prevenção à saúde	-	(1)
Outras despesas operacionais	(4.525)	(101)
Total	(4.671)	(1.097)

e) Despesas administrativas

	2017	2016
Despesas com serviços de terceiros	(9.824)	(8.720)
Despesas com pessoal próprio	(4.952)	(5.893)
Despesas com localização e funcionamento	(1.190)	(745)
Despesas/receitas compartilhadas (Nota 17c)	(664)	99
Despesas administrativas diversas	(419)	(66)
Despesas com publicidade e propaganda	(110)	(71)
Subtotal	(17.159)	(15.396)
Despesas com tributos		
Despesas com contribuições	(229)	(194)
Despesas com taxa de saúde suplementar	(191)	(184)
Impostos federais/estaduais/municipais	(110)	(66)
Subtotal	(530)	(444)
Total	(17.689)	(15.840)

f) Resultado financeiro líquido

	2017	2016
Receitas		
Receitas com títulos de renda fixa privado	1.103	1.222
Outras receitas financeiras	11	2
Subtotal	1.114	1.224
Despesas		
Outras despesas financeiras	(276)	-
Despesas financeiras eventuais	(108)	(76)
Subtotal	(384)	(76)
Total	730	1.148

g) Impostos

	2017	2016
Imposto de Renda		
Contribuição Social	(21.780)	(21.780)
Imposto de Renda Social		
Contribuição Social	(7.624)	(7.624)

Lucro antes dos impostos e após participações

	2017	2016
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	(5.445)	(1.960)
Diferenças temporárias	74	26
Diferenças permanentes	6	2
Tributo antes das compensações	(5.365)	(1.932)
Imposto corrente	(5.365)	(1.932)
Constituição de crédito tributário		
Reversão de diferenças temporárias	82	30
Reversão de crédito tributário - Prejuízo fiscal/Base negativa	5.365	1.932
Total	82	30

DIRETORIA

Diretor Presidente
Wilson Toneto

Diretores
Miguel Gómez Bermúdez

Renato Fernandes

CONTADOR
Márcio Vincenzi Jager
CRC-1SP258226/O-1

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Introdução

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Saúde Ltda., foi instituído dentro das melhores práticas de Governança Corporativa, visando atender plenamente as exigências da legislação vigente e Órgão Regulador.

O Comitê é composto por 3 membros eleitos em Assembleia Geral Extraordinária de 03 de outubro de 2016, sendo estes profissionais independentes e conhecedores das normas do ordenamento jurídico brasileiro.

O Comitê no exercício de suas principais atribuições tomou conhecimento do sistema de controles internos, dos processos de gestão de riscos e de monitoramento de fraudes e efetuou o acompanhamento dessas rotinas como atividade permanente do Comitê, com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e Independentes.

Acompanhou o processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, mediante reuniões com os administradores e responsáveis da KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela execução da auditoria, das demonstrações contábeis, conforme normas vigentes. Seu parecer deve assegurar que as referidas demonstrações contábeis representem, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Legislação Societária Brasileira.

O Comitê reuniu-se com os principais executivos da Companhia, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócios, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações.

Conclusão

Com base nas ações desenvolvidas diretamente pelo Comitê, bem como fundamentado nas suas revisões e avaliações, o Comitê de Auditoria da empresa MAPFRE Saúde Ltda., entende que as suas demonstrações financeiras, acompanhadas pelas notas explicativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, auditadas pela KPMG Auditores Independentes estão adequadas e foram elaboradas de acordo com as normas legais aplicáveis e refletem, nos aspectos mais relevantes, a situação patrimonial e financeira da empresa.

São Paulo, 28 de março de 2018.

Nilton Maia Sampaio - Coordenador
Mário Teixeira de Almeida Rossi - Membro Titular
Rogério Soares - Membro Titular

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e aos Acionistas da

MAPFRE Saúde Ltda.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE Saúde Ltda. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Saúde Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A Administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

deteção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora - CRC RJ-079849/O-3